

## Professores/as de coragem: a escola nas disputas sobre o governo dos corpos

### Teachers of courage: the school in disputes about the government of bodies

Marco Antonio Torres<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Ouro Preto  
marcoatorres@ufop.edu.br

Izabella Marina Martinho Saraiva<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Prefeitura Municipal de Mariana  
empagc20@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado que analisou como a escola tem contribuído para a manutenção ou enfrentamento da cisheteronormatividade, dentro de um contexto hostil, onde a escola tem se tornado um local de crescentes disputas sobre as questões de gênero e sexualidades. O objetivo central foi analisar os discursos que sustentam as posições de professores (as) em relação as questões de gênero e sexualidades. As fontes de pesquisas foram grupos focais com professores/as e um breve levantamento bibliográfico para contextualização e fundamentação das análises. A perspectiva teórica dialogou com as noções de discurso, governo e regime de verdade em Michel Foucault, bem como noções de gênero e reconhecimento em Judith Butler. As análises indicaram que a despeito da LGBTfobia presente nas escolas pesquisadas e dos ataques que sofrem professores/as acusados/as de propagar uma suposta “ideologia de gênero”, muitos/as deles/as, assumindo uma posição de coragem, têm sido importantes articuladores/as da resistência ao recrudescimento do discurso antigênero.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de Mariana, Mariana, Minas Gerais, Brasil.

**Palavras-chave:** Professores/as; Regime de verdade; Cisheteronormatividade.

**Abstract:** This article is the result of a master's research that analyzed how the school has contributed to the maintenance or confrontation of cisheteronormativity, within a hostile context, where the school has become a place of growing disputes about gender and sexuality issues. The main objective was to analyze the discourses that support the positions of teachers in relation to gender and sexuality issues. The research sources were focus groups with teachers and a brief bibliographic survey to contextualize and substantiate the analyzes. The theoretical perspective dialogued with the notions of discourse, government and the regime of truth in Michel Foucault, as well as notions of gender and recognition in Judith Butler. The analyzes indicated that despite the LGBT phobia present in the schools surveyed and the attacks suffered by teachers accused of propagating a supposed “gender ideology”, many of them, taking a courageous position, have been important articulators / the resistance to the resurgence of reactionary anti-gender discourse.

**Keywords:** Teachers; Truth regime; Cisheteronormativity.

## Introdução

Esse artigo apresenta resultados de um trabalho de mestrado que teve como objetivo analisar os discursos que sustentam posições docentes a respeito do gênero e das sexualidades no cotidiano escolar, como forma de compreender parcialmente como a escola tem contribuído para a manutenção, produção, reprodução, contestação e/ou transformação do regime cisheteronormativo. Nossa compreensão de discurso se orienta pelas propostas de Michel Foucault (1998; 2018a) compreendendo um conjunto de enunciados produtores de verdades capazes de conduzir as condutas dos homens. Destacamos que é preciso entender que em seus escritos ao final de década de 1970 (2008) e até meados da década seguintes (2018a; 2018b), quando falece, devemos perspectivar essas compreensões, principalmente considerando a possibilidade de o sujeito contestar elementos do regime de verdade como analisa Butler (2015).

Após a defesa da dissertação foram acrescidas colaborações teóricas e analíticas a partir dos comentários da banca e do grupo de pesquisa no qual as atividades de orientação aconteceram. O interesse pela temática e o texto aqui apresentados se relacionam diretamente com a experiência de uma pedagoga que trabalha na rede escolar da localidade pesquisada e das discussões do núcleo de pesquisa de uma universidade pública. A vivência da pesquisadora, uma das autoras do presente artigo, bem como os referenciais teóricos e bibliográficos, deixam claro que o universal que prevalece na escola é o cisheteronormativo, embora nesse mesmo lugar convivam discursos, identidades e subjetividades transgressoras, que ainda vivem à deriva, às margens, sofrendo com a exclusão, o preconceito, a violência,

o não reconhecimento do outro. É a partir desta preocupação que surge o interesse da pesquisa em compreender como docentes nomeiam e lidam com o gênero e as sexualidades, principalmente em se tratando de um contexto de disputas pelas verdades que produzem os corpos.

O momento atual, portanto, tem exigido de professores/as uma posição de coragem, pois a Educação se tornou um dos principais alvos de articulações reacionárias e raivosas que “reage às mudanças sociais de maneira antidemocrática, impulsionadas pela raiva e pela cólera, incapaz[es] dos diálogos e debates necessários à democracia” (TORRES et al., 2019, p. 38). Nossas análises indicaram que a escola vem se tornando um lugar de crescente ataque da retórica reacionária antigênero (JUNQUEIRA, 2018) à diferença, algo que também atinge profissionais da educação que produzem formas de reconhecimento dos direitos sexuais das mulheres e das conquistas de LGBTI+.

Estudos de Prado e Correia (2018), entre outros, analisam como essas articulações podem ser caracterizadas como uma ofensiva antigênero, presente em diferentes países e sustentadas principalmente por determinados grupos católicos e evangélicos. Estes, utilizando o sintagma “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018), atacam várias políticas públicas, principalmente nas áreas da saúde e educação, visando restringir, obliterar e rechaçar conquistas das lutas de LGBTI+, dos direitos sexuais das mulheres, como também de grupos que historicamente lutam pelo reconhecimento de suas formas de existência. A disseminação dos argumentos da ofensiva, baseados no sintagma “ideologia de gênero”, tem conseguido grande capilaridade pela rede mundial de computadores produzindo argumentos para intimidação de profissionais da educação (VENCATO et al., 2018). Essa situação teve reverberações na pesquisa, como as análises mostrarão mais à frente.

Consideramos que a ambiência escolar é diversa e seu cotidiano é constituído além de seus muros. Nesta convivem um conjunto de estudantes, de professores/as, de familiares destes, de funcionários/as, todos/as com diferentes histórias, diferentes crenças, valores e formas de existência. Também é na escola que LGBTI+ expressam suas formas de existência, contestando uma verdade única sobre seus corpos.

Os dados da pesquisa foram produzidos a partir de um breve diálogo bibliográfico para fundamentar aspectos teórico-metodológicos e de grupos focais realizados com professores/as de uma cidade de médio porte, próxima à cidade de Belo Horizonte. As elaborações aqui apresentadas foram produzidas pela pedagoga, já mestra em Educação, e seu orientador de mestrado. Consideramos importante estar na condução desta pesquisa uma mulher, educadora e pedagoga. A experiência dela no contexto educacional trouxe possibilidades analíticas e de contato com o campo. Diante dos ataques que sofrem os/as profissionais da educação, especialmente no que se refere ao gênero e às sexualidades, profissionais da educação têm evitado essas discussões.

A pesquisa permitiu analisar como a escola apresenta questões paradoxais quando analisamos gênero e sexualidades, ainda que majoritariamente cisheteronormativa. Por um lado, percebemos como o ordenamento escolar é regido por uma lógica binária de regulação dos corpos. A divisão dos banheiros, a separação dos corpos nas aulas de Educação Física, a organização das filas, as cores que demarcam o espaço masculino e feminino, dentre outros exemplos que apontam como dispositivos da

cisheteronormatividade organizam os corpos na escola. Por outro lado, a vivência na escola, os relatos docentes e os diálogos com a produção teórica, revelam outras posições, pois na escola se produzem formas de contestação e transformação da norma instituída, dos regimes e verdade que ali operam. O menino que deseja vestir-se de princesa ou o menino que gosta de dramatizar a princesa na cantiga “A Linda Rosa Juvenil”, como analisaremos no decorrer do texto, denunciam a não naturalidade da norma.

Assim, temos um acirramento entre posições que disputam quem definirá a verdade dos corpos nos domínios da escola o que estará relacionado à produção da subjetividade que se forma e se transforma no contato que tem com as verdades em disputa. Nesse contexto, as posições de professores/as ganham importância pois podem produzir formas de reconhecimento, ou não, tanto para os direitos sexuais das mulheres e/ou de LGBTI+. Talvez, devido a isso, a retórica reacionária antigênero (JUNQUEIRA, 2018) ainda não conseguiu apagar o reconhecimento do gênero e das sexualidades no cotidiano escolar. Por fim, consideramos que apesar das ameaças intensificadas e legitimadas por personagens da atual política brasileira, os corpos e discursos transgressores não têm apenas perturbado a lógica baseada no alinhamento sexo-gênero-desejo, mas travado uma guerra frente as pedagogias cisheteronormativas, que hoje, já não se fazem sem contestações e transformações.

## **Diálogos teóricos e metodológicos da pesquisa**

Uma perspectiva pós-estruturalista orientou nossas investigações, sendo que as noções de discurso e de governo, em Michel Foucault, ganharam grande importância. Os discursos compreendem um conjunto de aparatos físicos ou abstratos orientados pela produção de verdades religiosas, científicas, morais, em processos não aleatórios, nem necessariamente contínuos, tendo em vista a regulação dos modos de existência (FOUCAULT, 1988). Aqui buscamos operar o discurso na mudança que Foucault propõe do uso das noções de poder para governo, onde a produção dessas verdades terá grande importância analítica. Todavia, cabe destacar como ele definiu essa noção em 1980.

[...] “governo” entendido, claro, não no sentido estrito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais, mas no sentido lato, e aliás antigo, de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens (FOUCAULT, 2018a, p. 13).

Veiga-Neto (2005) propôs a retomada de uma palavra governo, que estava em desuso no Brasil, para evitar maiores problemas de ambiguidades com as regulações governamentais, estas identificadas pela noção de governamentalidade. Consideramos em nossas análises a posição do autor.

O conceito de gênero, nessa mesma perspectiva, foi sustentado pelos argumentos de Guacira Lopes Louro e Judith Butler. Nessas autoras temos a noção de heteronormatividade e das normas de gênero como regulação dos corpos na sociedade (BUTLER, 2003), bem como a capacidade dessas noções para analisar o contexto educacional (LOURO, 1997; 2001). Mais recentemente as lutas e reflexões de travestis e transexuais têm articulado o prefixo cis a noção de heteronormatividade. Desde modo, afirmam que a

cisgeneridade se diferencia das performatividades marcadas pelas transgeneridades (travestis, transexuais femininas e masculinos entre outras identidades e não identidades). Fazem isto para colocar em análise os processos de subalternização que elas/es precisam enfrentar cotidianamente. Nesses processos a noção de reconhecimento pode auxiliar nas análises que faremos ao longo da pesquisa, entendendo que existe um discurso antigênero que opera nas articulações discursivas em vista de um governo dos corpos.

A noção de reconhecimento é trabalhada por Judith Butler (2015) a partir das noções de regime de verdade e governo em Michel Foucault (2018a), indicando processos de produção de inteligibilidade nas relações do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o coletivo. Todavia, essa produção será marcada por uma opacidade dos discursos que dão significados as formas de existência, pois o relato de si sempre estará permeável aos outros relatos que dizem de sua forma de existência. É como se soubéssemos quem somos pelos outros relatos que ouvimos de nós, ainda que em certa medida esse será um saber constantemente negociado, consigo mesmo, com o outro e com o coletivo. O discurso antigênero, pautado pelo regime da cisheteronormatividade, busca entrar nessa negociação desqualificando o reconhecimento de determinados relatos de si, na busca de minar inteligibilidades no contexto escolar e na sociedade em geral.

Ainda que incipiente, a noção de cisheteronormatividade é bastante promissora para identificação de um regime de verdade que põe em funcionamento dispositivos dinâmicos que buscam eliminar e/ou subalternizar formas de existência, como bem analisa Mattos e Cidade (2016). Aqui, regime de verdade é pensado como aquilo que constrange os sujeitos a determinados atos considerados verdadeiros, definindo a forma destes (Foucault, 2018a), produzindo condições de efetividade destes. Nós consideramos que tais atos colocam em operação dispositivos que têm sido nomeados como lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia ou mesmo pelo neologismo LGBTfobia. Acreditamos que esses termos possibilitam análises importantes em nosso contexto atual, principalmente pelo reconhecimento produzido por ativistas e/ou intelectuais trans.

A partir dessa perspectiva teórica, considerando o cenário de disputas da escola, decidimos que o grupo focal seria uma boa estratégia para a pesquisa, pois poderia apontar discursos que se articulavam nas falas de nossos/as colaboradores/as. Apesar das dificuldades de horários, da disponibilidade de colaboradores/as, os grupos focais aconteceram de maneira bastante satisfatória. Neles ocorreram trocas de opiniões, de valores, de crenças, de experiências; nos diálogos sobre as questões propostas emergiam debates e momentos de autorreflexão dos/as participantes, algo indicado pelas discussões metodológicas sobre essa modalidade de produção dos dados (SMEHA, 2009; BARBOUR, 2009; GATTI, 2009).

Os grupos focais aconteceram em 2018, numa cidade de médio porte da região central de Minas Gerais. Todos os grupos funcionaram com uma mediadora, com observadores/as e auxiliares para gravação e filmagem. Todos os procedimentos aprovados pela Comitê de Ética, sendo acordado o uso de pseudônimos para preservação do anonimato dos/as colaboradores/as, outros nomes que emergiram nas falas. Evitamos identificar a cidade, pois do contrário seria fácil localizar as escolas e até mesmo os/as colaboradores/as. Os contatos com as escolas e os convites aos/as colaboradores/as foram feitos pela pedagoga, sendo selecionadas, uma escola estadual e outra municipal, evitando aquelas em que a

pesquisadora atuava como profissional. Ao todo foram três grupos, com participação voluntária e compostos do seguinte modo.

a) O grupo focal-oficina. Serviu como piloto para os demais. Foi composto por três mulheres e um homem, todos participantes do mestrado em que a pesquisa foi realizada, porém de turmas diferentes da pesquisadora.

b) O grupo focal da escola municipal foi composto por seis mulheres e um homem, com idade entre quarenta e oito e sessenta e cinco anos.

c) O grupo focal da escola estadual foi composto por quatro mulheres e um homem, com idade entre vinte e sete e quarenta e cinco anos.

Cada grupo focal durou por volta de sessenta minutos e, já com áudio e filmagem ligados, apresentados/as o/a observador/a, os/as operadores/as de áudio e vídeo, foi reiterado a todos/as o tema da pesquisa, apresentando aos/as colaboradores/as por escrito um roteiro para o grupo. Após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Instrumento de Cessão de Direitos, algumas questões eram colocadas e a depender do andamento do grupo a mediadora propunha ou não mais questões. O desenvolvimento variou bastante de um grupo para outro, pois como esclarece Smeha (2009) os dados de um grupo focal não são produzidos a priori, mas construídos ao longo da realização do grupo. Nessa lógica, fatores externos, internos, conjunturas políticas, a relação entre os/as participantes, entre eles e o/a moderador/a, dentre outros, são fatores que interferiu na forma como o grupo interagiu, se portou e dialogou. De maneira geral as falas dos grupos focais indicaram processos de reflexividade dos/as participantes, inclusive demonstrando capacidade de analisar situações em que a des/classificação de mulheres e de LGBTI+ estavam presentes. Alguns fatos aparentemente sem importância no cotidiano escolar, ganharam significado.

Desse modo, a experiência de uma mulher, educadora, pedagoga e principal pesquisadora dessa investigação, produziu perspectivas analíticas importantes durante as investigações. Pesquisar no próprio território exige um exercício de rigor, mas possibilita aquilo que Foucault afirmou em *Segurança, Território e População*, “fazer coisas que implicassem um engajamento pessoal, físico e real e que colocassem os problemas em termos concretos, precisos, definidos no interior de uma dada situação” (2008, p. 31-32). O roteiro dos grupos focais foi construído a partir de experiências profissionais da pedagoga e dos diálogos teóricos do trabalho. Por fim, outra questão metodológica para nós, tem sido o retorno da pesquisa às escolas, ainda que a atuação da pesquisadora, como pedagoga escolar, certamente tem reverberado na rede municipal de educação. Atualmente planejamos a oferta de uma formação para as escolas, em parceria com o núcleo de pesquisa da universidade, ainda que o contexto político da ofensiva antigênero torne o cenário pouco favorável para isto.

## **A importância de professores/as nas disputas sobre o gênero e as sexualidades na escola**

O breve levantamento bibliográfico que realizamos para contextualizar nossa questão de pesquisa nos permitiu certas análises. Para estabelecer um governo da vida por um regime de verdade orientando pela cisheteronormatividade entra em operação um conjunto de dispositivos como a transfobia, lesbofobia, homofobia, machismo e todas as formas de des/classificação, pela violência e/ou eliminação de determinadas formas de existência. Isto podemos constatar nos conflitos em torno do Kit Escola sem Homofobia e a retirada dos termos gênero e sexualidades do Plano Nacional de Educação 2014, durante o governo Dilma Rousseff (CRUZ e MACEDO, 2018; TORRES e SARAIVA, 2018). Nesse cenário o movimento Escola Sem Partido, organizando setores católicos e evangélicos, tem promovido ações que visam instalar um discurso público de alerta aos perigos que a “ideologia de gênero” representa, promovendo intimidação a docentes, ameaçando a educação e a sociedade (VENCATO et al., 2018; PENNA, 2017; FRIGOTO, 2017; JUNQUEIRA, 2018).

A “ideologia de gênero”, nesse contexto, possivelmente constitui um conceito normativo, que articulado por grandes grupos religiosos tem regulado e orientado a forma dos sujeitos se portarem a respeito das discussões sobre gênero e sexualidades no cotidiano escolar. Ou seja, o discurso religioso, tem direcionado sobre o que e quem pode falar a respeito da temática, ou seja, as formas de regulação das condutas consideradas como verdadeiras. Essa compreensão se aproxima da noção de “governamentalidade” foucaultiana, isto é, “um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos que tem como objetivo principal dirigir a conduta dos outros” (VIEIRA, 2018, p. 44). Entendemos que o discurso religioso não está necessariamente nas igrejas e/ou seitas religiosas, ele se alastra por outros domínios em articulações com discursos médicos e jurídicos produzindo verdades para os sujeitos. Nesse processo a subjetividade é algo dinâmico, que “se constitui e transforma na relação que ela tem com a verdade” (VIEIRA, 2018, p. 45).

Em nossa pesquisa isto apareceu, durante os grupos focais, quando colaboradores/as relataram o medo do posicionamento familiar frente a abordagem de questões de gênero e das sexualidades. Consideramos que essas são posições reacionárias e raivosas que mobilizam grupos, produzem ações que mesmo ilegais, como a intimidação de docentes, tomam o cotidiano das escolas. Esses grupos e até mesmo pessoas em cargos do executivo tentam criar modos de intimidações de professores/as e professoras/as, utilizando a rede social para mobilização de familiares contra educadores/as, entre outras ações. Conforme analisou Vencato et al. (2018), “o intuito da notificação é claramente intimidar, descartada aqui qualquer necessidade de lógica ou embasamento legal (p. 589). A partir das relações entre moral e política, em Butler (2015), podemos afirmar que o anacronismo do discurso antigênero se impõe na forma de violências, constrangimentos e depreciação de professores/as. Consideramos que esses posicionamentos partem da ofensiva antigênero, porém, esta, nem sempre pode ser caracterizada por ações reacionários e raivosas, pois também se articulam sutilmente em alianças in/suspeitas e bem mais silenciosas. Todavia, não concordamos que essas posições reacionárias conseguem assegurar a cisheteronormatividade como a verdade para corpos na escola, sem contestação.

Em âmbito nacional houve a expedição de uma Nota Técnica 02/ 2017, de 17 de março de 2017, expedida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC, 2017), a respeito da “notificação

extrajudicial” de autoria do Procurador Regional da República, Guilherme Shelb, que trata como abusiva e ilegal implantar nas escolas públicas e particulares a “ideologia de gênero”. A PFDC se posicionou contra as alegações do procurador, argumentando que na instituição escolar há encontros de diversos sujeitos, advindos de diversas famílias, com valores morais os mais diversos. E, portanto, pelo discurso jurídico também se afirmou a importância do gênero, e das sexualidades no currículo escolar, como forma de problematizar alguns referenciais morais que contribuem para a discriminação, a violência e o desrespeito.

Pelos grupos focais podemos analisar que as disputas e tensões sobre quem pode falar de gênero e sexualidades se faz muito presente. Na escola municipal, segundo os relatos do grupo, foi proposto um trabalho sobre sexualidade junto aos/as estudantes e um dos argumentos para recusar o projeto foi o medo das ações que as famílias poderiam realizar. Uma das colaboradoras desse grupo demonstra esse medo ao fundamentar sua posição a partir da visita de uma servidora da prefeitura naquela escola.

A gente já escutou isso já, quando a Ruth veio aqui, se a gente começasse a trabalhar com isso, aí os pais poderiam vir aqui. Uma coisa que meu filho não conhecia agora ele começou a conhecer porque vocês falaram (Nise<sup>3</sup>, 2018).

Todavia, no grupo focal se relatou formas de contestar possíveis ações de familiares que fossem contrárias tratar em sala de aula sobre gênero e sexualidades, ora nomeando as políticas públicas em educação para se justificar, ora pensando em estratégias mais sutis como modelando o “palavreado” para se evitar o conflito. Vejamos. “Mas tem que ter a quebra familiar, porque muitas vezes a mãe e o pai não aceitam, não concordam” (MORENO, 2018).

A fala de Moreno, apesar de breve provocou no grupo algumas reflexões. É importante analisar que no contexto, o significado da expressão “quebra familiar” aponta para uma compreensão de se produzir no/a estudante capacidade de reflexão diferente daquela da família que discordados debates sobre gênero e sexualidades nas escolas. A colaboradora Luna, concordando com Moreno, procura detalhar mais sua posição, nomeando estratégias para isto.

A coisa maior é o que Moreno está colocando, enfrentar a família. Porque tem casos da família vir até a escola, processar, ir contra mesmo ao que é colocado. Mas se a gente mudar um pouquinho a forma de falar, não precisa falar abertamente sobre. Mas quando você se posiciona colocando o assunto de forma bem sutil, com o palavreado correto, a gente acaba contribuindo (LUNA, 2018).

Podemos entender que nos trechos acima a tensão emerge a partir dos processos de intimidação de docentes, porém Luna propõe estratégias alternativas para tratar das temáticas em questão. No grupo, ninguém confrontou essa posição, mas alguns participantes afirmam que nas escolas existem profissionais, de modo discreto ou mais enfático, contrários a essa temática ser discutida em sala de aula. Pelas falas no

---

<sup>3</sup> Os pseudônimos foram escolhidos pelos colaboradores/as e/ou a partir do nome de personalidades de reconhecimento público no campo da Educação.

grupo, analisamos que apesar dessa última posição não ser majoritária numericamente, ela tem um efeito potencializado pela intimidação orquestrada pelas articulações antigênero, externas aos domínios da escola.

No grupo da escola estadual emergiram relatos sobre a necessidade de algum documento que respaldasse o trabalho docente nas questões de gênero e sexualidades, caso algum familiar reclamasse. Segundo o colaborador André Marcos (2018), existe um documento (não soube dizer qual) no estado de Minas Gerais que prevê o trabalho com gênero no currículo da Sociologia e foi com base neste último que se sentiu mais tranquilo para trabalhar a temática. Esse colaborador considera que houve um avanço considerável entre seu período como estudante e depois como professor. A fala dele recebe endosso da professora Phoebe Buffay (2018), todavia esta sinaliza que tal característica é da escola daquele grupo. Seguem abaixo as reflexões.

Agora de maneira geral, uma coisa que eu tenho observado que eu comparo a escola da época que eu era estudante com a escola que eu vejo agora como professor. Acho que as coisas têm melhorado numa velocidade muito, muito intensa, porque eu mesmo formei no ensino médio em 2010, tinha vários amigos e amigas bissexuais, homossexuais - com outra identidade de gênero até que não - mas sexualidades das mais diversas e não existia a mínima possibilidade deles se assumirem dentro do ambiente escolar. Isso está acontecendo muito dentro da escola. Aqui na escola a gente tem alguns casais, pessoas que não são casais, mas são pessoas assumidas. E eu acho isso maravilhoso. Em outras escolas que eu lecionei eu vi isso também. Agora o ambiente ele varia de escola para escola. [...] Mesmo a questão entre os professores, varia muito de escola para escola (ANDRÉ MARCOS, 2018).

Eu vejo assim, que na minha época que eu formei no ensino médio em 2006, eu também tinha vários colegas homossexuais ou com outra identificação de gênero, mas isso não era abordado em momento nenhum. [...] Mas eu vejo que aqui, nessa escola em específico de [nome da cidade], que é a única que eu tenho experiência no município, que eu vejo uma interação, pelo menos o interesse de professores e alunos em discutir essas questões (PHOEBE BUFFAY, 2018).

As falas do grupo da escola estadual reiteram a ideia de que os professores/as percebem avanços nas questões sobre gênero e sexualidades no cotidiano das escolas. Parece haver entre eles/as um reconhecimento dos direitos de mulheres e de LGBTI+ na sociedade, bem como a importância de tratar desses temas na escola. Por outro lado, a professora Phoebe sinaliza que na escola em questão o debate desperta mais interesse. Essa percepção é interessante, pois sinaliza que os avanços do debate sobre gênero e sexualidades não podem ser tomados como regra no cotidiano da escola, o que é bastante defensável. Todavia, quando analisamos os diálogos da oficina do grupo focal e aquele da escola municipal, encontramos formas de reconhecimento semelhantes da escola estadual. Talvez aqui possamos começar a entender o motivo de ataques às escolas e aos/as professores/as pelo discurso antigênero.

No contexto da presente pesquisa, a pedagoga, à época mestranda, precisou participar de uma Conferência Regional de Educação, no ano de 2017, numa cidade vizinha a da pesquisa. Na ocasião participou junto ao Eixo V sobre Educação e Diversidade: Democratização, Direitos Humanos, Justiça Social e Inclusão. Das falas apresentadas no grupo, uma se destacou logo no momento das apresentações. Um homem na casa dos quarenta anos, se levantou, disse seu nome, e se apresentou como representante de vários segmentos da sociedade, sendo o primeiro deles a família, já que ele é um “pai de família”; o segundo a igreja, por ser pastor e o terceiro tem relação com a sua contribuição em uma clínica para dependentes químicos.

Nas entrelinhas o discurso que sustentava seu argumento parece haver padrões instituídos, dizer, por exemplo, que era um representante da família por ser um “pai de família”, soa como se tudo que foge a isso não seja legítimo no trato com o/as estudantes. Ele se localiza num campo determinado, porém, de sua afirmação não seria possível asseverar sua posição em relação as questões de gênero e das sexualidades, ainda que nos deixasse supor ser ele contrário à “ideologia de gênero”. Devido a sua fala ele passou a se destacar nas observações. Foi curioso notar que o pastor não argumentou a favor ou contra as questões de gênero apresentadas no documento da conferência, todavia sempre votava contra qualquer ideia relacionada à diversidade e à diferença de gênero e as sexualidades propostas pelo documento. Durante esse processo ele não conseguiu adesão do seu grupo, abstendo-se de fazer outras colocações. Entre as propostas encaminhadas, a proposição de se incluir no calendário escolar municipal o trabalho com as questões da mulher relacionada à gênero, no mês de março, foi aprovada. No contexto atual, ainda que pequena, essa se tornar uma conquista importante naquele momento.

Nessas descrições da conferência percebemos processos de recepção de questões relacionados ao gênero e às sexualidades, algo articulado nas agendas governamentais das últimas décadas, especificamente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, como analisou Vianna (2018). Nesse período, em grande parte do território brasileiro, tivemos a articulações discursivas de políticas públicas em educação e de direitos humanos em favor do direito das mulheres e de LGBTI+, sendo também professores/as das redes públicas destinatários desses discursos. Ocorreram aqui vários cursos de formação docente, articulados e produzidos numa sinergia entre movimentos sociais, agentes públicos e organizações não governamentais. Destacamos o projeto Gênero e Diversidade na Escola como um desses desdobramentos, sendo articulado e produzido dentro dessa sinergia e financiado em grande parte pelo governo federal, tendo sua execução realizada predominantemente por universidades públicas. Conforme pesquisas recentes, esses cursos tiveram grande importância na produção de reconhecimento dos direitos de mulheres, de LGBTI+ e de negros/as no contexto educacional (OLTRAMARI e GESSER, 2019; SOARES e MONTEIRO, 2019), ainda que pesquisas apontem sérios limites no modo como os argumentos do projeto trataram noções como gênero e diversidade sexual (DORNELLES e WENETZ, 2019).

As políticas envolvendo a questão do nome social por travestis e transexuais na escola também mobilizaram conselhos municipais e estaduais de educação, bem como o conselho federal (ALVES, 2017). Aqui não cabe uma análise mais aprofundado dessa questão, mas apontamos que isto se deu com mais

ênfase na segunda metade da década de 2010, sendo aos poucos esvaziada pelo argumento da falta de recursos. Talvez esse fato já nos diga das articulações discursivas da ofensiva antigênero na educação. Consideramos que o debate envolvendo o Kit Anti-Homofobia, mais precisamente em 2011, foi um momento em que o recrudescimento da retórica reacionária antigênero, também contrária aos direitos de LGBTI+, ganhou força e visibilidade. Cruz e Macedo (2018) ao analisarem os embates envolvendo o uso do Kit Anti\_Homofobia nas escolas em 2011, já no governo Dilma Roussef, trazem um pouco daquele cenário. Conforme é de conhecimento público e apontam pesquisas (TORRES et al., 2019; CRUZ e MACEDO, 2018), o Kit Anti-Homofobia foi suspenso pela presidenta Dilma, pois era acusado de ser um produto da “ideologia de gênero”, pois, este, distorcia a verdade dos corpos, conforme defendia um compósito de discursos religiosos, políticos e médicos articulados no legislativo federal.

Assim, foi se instaurando o clima que se experimenta atualmente nas escolas e certamente reverberou nos grupos focais que realizamos em 2018. Aqueles/as profissionais que defendessem os direitos da mulher e de LGBTI+ seriam perigosos, pois defenderiam a “ideologia de gênero” e deveriam ser denunciados. Por outro lado, como os grupos focais apresentaram, há professores/as que reconhecem a necessidade desse debate no âmbito da escola e adotam estratégias possíveis para isto.

As falas do/a colaboradores/as, a experiência na conferência regional de educação, os desdobramentos das políticas públicas, sobre gênero e sexualidades, indicam como os discursos produzidos nas disputas pelo governo dos corpos se processam a partir de um regime de verdade que temos adjetivado como cisheteronormativo. Todavia, temos analisado que professores/as podem ser um foco de contestação e transformação desse regime, o que nos faz entender parte dos ataques e intimidações que eles/as têm sofrido. Nessa situação se incluem as universidades, geralmente públicas, pois foram centros articuladores dessas contestações, ainda que seu universo seja também marcado pela cisheteronormatividade. Essa situação é percebida, inclusive por meios de comunicação de massa, como o trecho da reportagem abaixo demonstra.

Foram 12 casos em instituições privadas, 29 em instituições públicas e outros envolvendo mais de uma escola ou universidade. Em 71% das ocorrências, houve articulação pelas redes sociais, com maciça divulgação de vídeos e fotos. Doze situações foram levadas às autoridades. Cinco professores relataram ter sofrido ameaças de morte. Destes, quatro dão aulas em universidades. A professora Débora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB), teve de apelar à proteção judicial durante o período eleitoral [...] O professor de filosofia Vinicius Silva de Souza, que leciona em uma escola pública de ensino médio no Paranoá, na periferia de Brasília, relatou que, após a eleição, um pequeno grupo de alunos ameaçou gravar a aula se ele enveredasse por argumentações consideradas esquerdistas. Ele disse que expõe sua posição sobre assuntos políticos, mas não impõe uma opinião. “Doze alunas minhas, menores de idade, estão grávidas. Como eu não vou falar de sexualidade? Como não vou dizer para a aluna usar um preservativo?”, questionou. Doutrinação não seria possível “nem se quisesse”. Já é uma missão difícil demais, disse ele, fazer com que os alunos leiam o livro didático (PORTINARI, 2018).

O ataque a docentes se tornou uma das principais estratégias para se produzir medo e constrangimento no contexto escolar. A retórica antigênero não está apenas a serviço de intimidar professores/as, mas também de desacreditar práticas docentes e os saberes nestas envolvidos. Para isto, afirmam hiperbolicamente como verdadeiras as sexualidades que se adequam ao regime cisheteronormativo, enquanto os argumentos que sustentam formas de existência para além dessas verdades são definidas como falsas.

Entretanto, como já falado nos exemplos anteriores, também há relatos de subversão à norma, indicando a possibilidade de reflexões e mudanças. É importante ressaltar que as performatividades de estudantes podem ser contestatórias e produtoras de formas de reconhecimento de si. Maria Montessori (2018), colaboradora do grupo focal que serviu como oficina, trouxe um relato muito interessante nesse sentido. Ela contou sobre um estudante do segundo ano do Ensino Fundamental que gostava de se vestir de princesa. Certamente tais performatividades, no cotidiano escolar, colocam em operação dispositivos de regulação, porém, que já não são capazes de conduzir todos/as participantes do contexto escolar, como a própria narradora.

Eles falavam “essa roupa não é pra você, tira essa roupa”. Toda vez ele insistia nas roupas de princesa e não podia. Eu falava, gente, uai, mas deixa ele ver o que ele quer. “Não Montessori, depois que ele crescer ele vai querer vestir roupa de mulher?” (MARIA MONTESSORI, 2018).

A intervenção de Maria Montessori se sustenta em discursos que se articulam nas lutas sociais, nas políticas públicas educacionais, enfim, num amálgama que nos faz pensar que “não é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido” como afirma Louro (2001, p. 542), ainda segundo a autora, a vocação normalizadora da Educação foi ameaçada. Nas experiências da pedagoga, também foi possível localizar outras formas resistências. Durante o recreio havia um menino que sempre dramatizava o papel da princesa na cantiga “A Linda Rosa Juvenil”. Entretanto, segundo o relato da inspetora que desenvolvia a brincadeira, algumas funcionárias diziam que o garoto já era afeminado - se referindo as suas preferências de lazer e à sua expressividade - e que ela estaria contribuindo para que a criança virasse “gay”. Todavia, a inspetora reconhecia como legítima a expressão daquele menino. Desde modo, a fala de Montessori, “uai, mas deixa ele ver o que ele quer” produz formas de inteligibilidade que contestam o governo cisheteronormativo dos corpos.

Tanto o menino que gostava de vestir-se de princesa, como o que gostava de dramatizar uma princesa denunciam como o regime cisheteronormativo coloca em operação dispositivos de controle não só do alunado, mas também e principalmente, de docentes. Quando educadores/as produzem formas de

resistência, consideramos que se situam próximo daquilo que Michel Foucault (2018b) analisou como parresía, uma fala franca e endereçada a atestar a veracidade das formas de existência negligenciadas pelo regime de verdade. A parresía é uma noção bem mais complexa, por isto, aqui não poderíamos explorá-la de modo suficiente. Todavia ela possibilita pensar analiticamente o risco e a coragem exigidos dos docentes nas tensões dentro da escola ao falarem sobre as questões de gênero e das sexualidades.

A escola é um local onde o gênero e as sexualidades não vão circular sem tensões e conflitos, sendo que em determinados lugares e momentos o acirramento destes pode tornar insuportável a vida para muitos/as. Temos aqui a produção de subjetividades, pensada numa perspectiva foucaultiana (VIEIRA, 2018), como algo que se constitui em relação à verdade que está em disputas nos domínios da escola. O reconhecimento da professora Montessori pode produzir fornecer sentido a experiência daquele menino diante da comunidade e do outro. Na escola, pelos depoimentos dos/as colaboradores/as e nas experiências observadas pelos pesquisadores/as, consideramos que professores/as, muitas vezes, sustentam a legitimidade de outras performatividades de gênero, alargando processos de reconhecimento de subjetividades além das demarcações cisheteronormativas.

Durante a pesquisa, um caso se destacou por indicar os impactos que posturas de autoridades, alinhadas às posições antigênero, podem produzir no cotidiano das escolas. No grupo focal da escola municipal houve dois relatos que se relacionaram com posições do atual presidente da república, Jair Bolsonaro – à época do grupo focal, ainda como candidato ao segundo turno das eleições.

No 6º ano dos mais novinhos eu estava estudando um texto lá com eles, o depoimento da mãe, mãe de uma jovem homossexual e aí, no meio do debate, um menino virou e falou assim “eh... fulano, você pode preparar que você está na mira do Bolsonaro”. Eu falei, gente não vamos colocar política aqui no meio. O menino falou em seguida, “Bolsonaro vai matar todos os viados” (4M, 2018).

No 7º ano falando de política, de Bolsonaro “cuidado viu fulano, cuidado.” (HELO, 2018).

Os excertos acima são relatos de duas colaboradoras de pesquisa, e ilustram como se têm se articulado discursos LGBTfóbicos e travado uma verdadeira disputa, se não guerra, contra as performatividades de corpos que contestam uma verdade cisheteronormativa, no cotidiano escolar. Ao endossar a violência contra esses corpos, uma autoridade política não tem só dificultado o usufruto de direitos humanos pela população LGBTI+, mas autorizado o aniquilamento desses corpos. Esse é um exemplo de como o discurso LGBTfóbico tem se articulado e se legitimado nas escolas, através de personalidades políticas, religiosas, dentre outras. Conforme Foucault (2018b) analisa, o estatuto do sujeito falante e determinada situação darão ao enunciado potência performativa específica. Assim, o enunciado, “Bolsonaro vai matar todos os viados”, atua como um dispositivo homofóbico pelo constrangimento e ameaça física a quem ele é dirigido. Para se posicionar contra este enunciado a coragem de dizer a verdade, de se posicionar por parte docente dos docentes pode ser um divisor de águas nas disputas.

Todavia, as falas aqui analisadas, possibilitam entender como o contexto educacional ao mesmo tempo que expõe as pessoas aos discursos LGBTfóbicos também têm articulado outros discursos de reconhecimento das sexualidades. O estatuto e a situação das posições discursivas de docentes que contestam o regime de verdade cisheteronormativo podem produzir formas de reconhecimento tanto para mulheres como para LGBTI+. Nessa lógica, a escola - enquanto instituição que contribui na constituição de subjetividades – produz e reproduz a cisheteronormatividade, mas paradoxalmente, essa mesma escola tece formas de contestação a esse regime de verdade.

Nossas análises argumentam que o gênero e as sexualidades são continuamente postos em discurso na escola, independentemente das intimidações e ataques que sofrem aqueles/as que contestam, ou buscam transformar, um regime de verdade que podemos adjetivar como cisheteronormativo. Consideramos que é inegável que tal regime tem prevalecido no cotidiano escolar, contribuindo para o pertencimento precário dos sujeitos à escola. Isto se dá à medida em que os processos de subjetividade ocorrem em relação às verdades disponibilizadas aos sujeitos. Mas disto, não se poderia supor que a norma seja produtora do sujeito em si, ou ainda, que o sujeito seja totalmente livre para descon siderar a norma que institui sua reflexividade, conforme aponta Butler (2015). Esta aponta que a opacidade sempre marcará nossa constituição como sujeitos, em todos os momentos do reconhecimento, seja diante de si mesmo, do outro ou da comunidade. Assim, também estas nossas análises são marcadas pela opacidade acerca daquilo que são nossas posições e daqueles/as que colaboraram com a presente pesquisa.

### **Algumas considerações**

Na escola as novidades não são os argumentos da retórica reacionária antigênero, pois um governo mento dos corpos desde há muito tempo se pauta pelo regime de verdade, que adjetivamos como cisheteronormativo. A existência de corpos contestadores da verdade deste regime tem sido a novidade numa Educação que se produziu historicamente bastante normalizadora. Nas falas dos/as professoras/as fica patente que há tempos as formas de existência já não cabem mais nos estreitos limites das diretivas morais que tal retórica quer sustentar. Segundo Judith Butler (2015), quando o “ethos coletivo” deixa de ser compartilhado por todos/as, ela passa a se impor com força e violência, pois ela já não é evidente. Aqui podemos entender a posição reacionária antigênero como parte desse ethos.

As formas de existência para além da cisheteronormatividade não cabem mais nas máximas morais derivadas do anacronismo desse “ethos coletivo” que disputa nos domínios da educação o governo mento de si e dos outros. A permanência desse anacronismo tem impedido que as formas de existências de travestis, transexuais, lésbicas, gays, queers, intersex, entre tantas outras ganhem inteligibilidade, mesmo quando reconhecidas em diretivas legais. Nossas análises permitem afirmar que as atuais diretivas da gestão pública têm andado cada vez mais na contramão de uma educação para a formação cidadã pautada pela democracia participativa.

Nos domínios da educação, o discurso antigênero produz hostilidades até mesmo contra crianças que se distanciam do regime de verdade. As frases relatadas num dos grupos focais diz acerca disto quando

uma criança afirma a outra, “você está na mira do Bolsonaro” e “Bolsonaro vai matar todos os viados”, portanto “cuidado viu fulano, cuidado”. Quando uma criança ameaça outra dizendo que alguém considerado com destaque social vai eliminá-lo, vemos o governo de si e dos outros buscando conduzir a formas de existência dessas crianças.

Neste cenário temos a mediação de professores/as como ponto fulcral. A resistência ao recrudescimento ao regime cisheteronormativo se articula em discursos democráticos e de direitos, como percebemos na conferência regional de educação, bem como nos grupos focais, como nas falas de André Marcos e Phoebe Buffay. Na conferência foi possível perceber uma participação intensa dos movimentos sociais na elaboração do documento que embasava aquelas discussões. Ao mesmo tempo foi possível observar uma semântica capaz de nomear a preocupação da população participante em construir uma cultura de direitos humanos que reconheça e respeite o que lá definiam como diversidade sexual e de gênero. Tanto o isolamento político do pastor como a inserção da temática de gênero no calendário escolar, por ocasião do dia da mulher, dizem daquela semântica. Pode-se pensar na efemeridade de tais conquistas, mas elas se mostram importantes diante das ameaças e ataques sofridos pelos profissionais da educação que ousam enfrentar os dispositivos da cisheteronormatividade.

Por fim, consideramos que a posição assumida por professores/as no cenário atual é de fundamental importância, pois podem tomar para si a responsabilidade de reconhecer e dar legitimidade a formas e existências perseguidas e atacadas pela LGBTfobia. Aqui nos firmamos numa ética da responsabilidade e esperança, pois sem desconsiderar os anacronismos morais da educação, queremos celebrar a coragem de tantos/as professores/as que não renunciam a sua posição de fala, que apesar das precariedades profissionais em que vivem, contestam e querem transformar a lógica cisheteronormativa que tem ameaçado e atacado a tantos de nós.

## Referências

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Análise dos resultados. Indicadores Sociais Municipais**: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: 2011. p. 27-81. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>>. Acesso em: 04/07/2019.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo – Crítica da violência ética**. 1ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, T. A. S. e MACEDO, E. F. Os embates em torno do kit anti-homofobia do MEC (2011) e a vitória conservadora. In: POCAHY, F., CARVALHO, F., JR, D. R. (Orgs.). **Gênero, sexualidade & geração - intersecções na educação e/em saúde**. 1ed. Aracaju: Editora Universitária Tiradentes (EDUNIT), 2018, p. 195-220

DORNELLES, P. G.; WENETZ, I. Uma análise generificada sobre o projeto gênero e diversidade na escola. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 173, p. 226-243, Set. 2019, <https://doi.org/10.1590/198053146074>.

Foucault, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2018a.

\_\_\_\_\_. **O Governo de Si e dos Outros**. Curso no Collège de France. (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMFMartins Fontes, 2018b.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 17-34.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líder Livro Editora, 2005.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. São Paulo, **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, Dez. 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28/04/2019.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**. vol.9, n.2, 2001, pp. 541-553. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO (PFC). **Nota técnica nº 2/2017/PFC, de 15 de março de 2017**. PGR-00068503/2017. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.direitosdacrianca.gov.br/novodireito/noticias-2017/NotaTcnican022017PFC.pdf>. Acesso em: 22/09/2017.

OLTRAMARI, L. C.; GESSER, M. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. Florianópolis, **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, e57772, 2019, <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n357772>.

PENNA, F. de A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 35-48.

- PORTINARI, N. Escolas e universidades se tornam trincheiras de polarização e vigilância. 26/11/2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/escolas-universidades-se-tornam-trincheiras-de-polarizacao-vigilancia-23261686>. Acesso em: 13/12/2019.
- PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. São Paulo, **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, Dez. 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06/06/2019.
- REIS, T., EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Campinas, **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan., 2017. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>.
- SMEHA, L. N. Aspectos Epistemológicos Subjacentes. A Escolha da Técnica do Grupo Focal da Pesquisa Qualitativa. **Revista de Psicologia da IMED**, vol.1, n.2, p. 260-268, 2009. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/35/34>> Acesso em: 20/07/2018.
- SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. Curitiba. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, Feb. 2019, <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>.
- TORRES, M. A.; PEDROSO, A. ; SOUZA, A. R. D. Disputas ao redor das sexualidades no contexto escolar: políticas públicas e cotidiano. In: LELIS, R. C.; ALMEIDA, M. F. L. de. (OrgS.). **Diálogos LGBTI+: avançando lutas e conjugando campos**. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2019, v. 01, p. 33-45.
- TORRES, M. A.; SARAIVA, I. M. M. Gênero e Sexualidades nas políticas Públicas Educacionais: um olhar para além da macro política. In: Fernanda A. O. Rodrigues Silva; Jacks Richard de Paulo; Rosa Coutrim; Marcelo Donizete da Silva; Marcelo Loures dos Santos; Adriene Santanna. (Org.). **Diálogos da formação docente com diferentes sujeitos e espaços educativos**. Curitiba: CRV, 2018, v. 01, p. 253-266.
- VEIGA-NETO, A. Governo ou Governamento. **Currículo sem Fronteiras**, v.5, n.2, pp.79-85, Jul/Dez 2005. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>. Acesso em: 21/10/2020.
- VENCATO, A. P., SILVA, R. L. e ALVARENGA, R. L. A educação e o presente instável: repercussões da categoria "ideologia de gênero" na construção do respeito às diferenças. São Paulo, **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, pp. 587-598, Dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300010). Acesso em: 28/04/2019.
- VIANNA, C. **Políticas de Educação, Gênero e Diversidade Sexual**: breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

*Submetido: 10/03/2020*

*Aceito: 07/06/2021*